

A economia brasileira à beira de um colapso. É o que se pensa na Alemanha.

A economia brasileira corre o sério risco de mergulhar em um processo recessivo ou, no mínimo, enfrentar um estancamento do crescimento, dois anos depois do fracasso do Plano Cruzado e em consequência de uma inflação mensal na casa dos dois dígitos. A advertência foi feita ontem pelo Instituto de Economia Mundial, de Kiel, na Alemanha.

As novas normas constitucionais brasileiras também foram alvo de críticas. Na opinião do Instituto, elas desestimulam o investimento estrangeiro. Além disso, criaram duas complicações: "Afetaram a credibilidade da (nova) política econômica" e "colocam em risco a competitividade internacional da economia brasileira, ao aumentar os custos diretos e indiretos". As normas votadas pela Constituinte fecham as possibilidades de privatizar setores com futuro promissor e diminuem o atrativo do Brasil para os investidores privados estrangeiros.

Segundo o economista Friedrich Sell, autor do relatório do Instituto de Kiel, o programa de saneamento do ministro Maílson da Nóbrega "não é suficiente para restabelecer a credibilidade no País". As razões, segundo o economista, são "o constante aumento do déficit público, cujos efeitos

inflacionários foram ignorados; o aumento da emissão de títulos do governo e a política monetária restritiva frente aos bancos comerciais, que contribuíram para o aumento das taxas de juros".

Outras razões enunciadas por Friedrich: o consumo regrediu, por conta da distância entre os aumentos dos salários e dos preços; os investimentos privados encontram-se fortemente retraídos e, simultaneamente, deterioram-se as condições da oferta, com normas discriminatórias para os reajustes de preços inter e intra-setoriais. Apenas na produção de bens para exportação não surgem efeitos negativos, analisa Friedrich.

Ainda assim, ele assinala, a evolução das exportações — única esperança da conjuntura econômica brasileira — está sujeita a pressões. As barreiras alfandegárias às importações teriam fortes efeitos sobre a qualidade dos produtos vendidos no Exterior, se a política de liberalização não for levada adiante de forma coerente.

Desde final de 1987, a política de desvalorização da moeda não acompanha a velocidade da inflação e isso provoca uma revalorização real do cruzado, que não é desejável para os exportadores, segundo a análise do Instituto de Kiel.